

SOBRE A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO EM MEIO ÀS FETICHIZAÇÕES E REIFICAÇÕES PROVOCADAS PELO CAPITAL

L.A.F. JESUS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-3801-0437>

l.a.f.j@hotmail.com

Submetido em 12/04/2020 e aceito em 11/12/2020

DOI: 10.15628/holos.2020.9902

RESUMO

Apresentamos a resenha da obra:

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. 287 p.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia do trabalho, Globalização, Sentidos do trabalho.

ON THE CENTRALITY OF WORK CATEGORY AMONG FETICHIZATIONS AND REIFICATIONS CAUSED BY CAPITALISM

ABSTRACT

We present the work's review:

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. 287 p.

KEYWORDS: Work's morphology, Globalization, Senses of work.



"O que temos perante nós é a perspectiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, quer dizer, privados da única atividade que lhes resta. Não se pode imaginar nada pior." (Hannah Arendt)

RESENHA

A obra presentemente apreciada tem como finalidade precípua a análise das mutações na objetividade e na subjetividade do mundo do trabalho e sua nova configuração morfológica frente a reorganização dos modos de produção do capitalismo. Com o ocaso dos modelos de produção fordista/taylorista, o capitalismo buscou uma resposta, dentro de seu próprio conjunto axiológico, com o advento do neoliberalismo e da acumulação flexível do trabalho.

Contrariamente às teses que propugnam a perda de sentido da categoria trabalho ou de sua interpretação acrítica, Ricardo Antunes reafirma a centralidade desta categoria e sua validade para a identidade do ser humano. Enquanto elemento próprio da ontologia humana, o trabalho deve ser compreendido em perspectiva emancipatória e colaborativa. No entanto, ainda que bilhões de homens e mulheres dependam do trabalho para sobreviver, o *modus operandi* capitalista atua de forma peremptória, tornando o ato laboral alienante, abstrato, inautêntico, unilateralizado e exploratório.

Dentro dessa perspectiva, Antunes defende a existência de um processo complexo, fragmentado e heterogêneo quando se analisa a classe trabalhadora nos tempos hodiernos. Configura-se celeremente uma subsunção real do trabalho ao capital, com o estabelecimento do trabalho imaterial na dimensão subjetiva.

No **primeiro capítulo**, o autor evidencia o sistema de metabolismo social do capital, apresentando a subsunção do *sistema de mediações de primeira ordem* ao *sistema de mediações de segunda ordem*. Aquele diz respeito às funções vitais de reprodução individual e societal representadas idealmente pela sociedade comunal primitiva, onde o intercâmbio dos seres humanos entre si e com os recursos naturais se dava estritamente de acordo com as necessidades imediatas de cada grupo, não havendo uma preocupação específica no acúmulo de excedentes. O sistema de mediações de segunda ordem, por sua vez, corresponde à introdução de estratégias de controle social metabólico que fetichizam e alienam as mediações de primeira ordem, colocando-as sob o jugo totalizante do capital. Dessa forma, a espontaneidade das funções sociais dá lugar à lógica de acumulação e expansão do capital.

Uma vez estabelecido, o capital constrói uma estrutura vertical de divisão hierárquica do trabalho na qual o valor de troca se torna maior e mais importante do que o valor de uso, separando e alienando o trabalhador dos seus meios de produção e personificando-se como uma entidade egoísta e autoritária. Em outras palavras, é a própria subsunção do trabalho ao capital. Não sendo uma estrutura mecânica nem uma entidade material passível de controle, o capital adquire uma configuração ontológica totalitária de irrefreabilidade expansionista.

O sistema de mediações de segunda ordem possui um núcleo harmônico formado pelo tripé



Estado, Capital e Trabalho. A relação desses três elementos dentro da sociedade capitalista possui uma intimidade tal que torna-se impossível superar a ordem atual sem suplantar sincronicamente os três, correndo-se o risco de a eliminação de apenas um dos polos gerar uma hipertrofia compensatória nos outros.

O capital carrega em si as sementes de suas próprias contradições. No **segundo capítulo**, Antunes trata das dimensões da crise estrutural do capital a partir da década de 1970 com o enfraquecimento dos modos de produção fordista e taylorista. O autor pontua seis momentos que evidenciaram essa perturbação na ordem vigente: 1) a retração do consumo e o desemprego estrutural; 2) o aumento do preço da força de trabalho após a Segunda Grande Guerra e as lutas sociais que objetivavam o controle social da produção na década de 1960; 3) a autonomia relativa adquirida pela esfera financeira frente aos capitais produtivos em consequência da incapacidade da economia real; 4) a contrarresposta de concentração do capital com a junção das grandes empresas; 5) a decadência do *Welfare State* e a retração dos gastos públicos com consequente transferência para o capital privado; 6) o *boom* das privatizações.

A lógica destrutiva intrínseca ao capital e a tendência de incontornabilidade de seu metabolismo social, são os fenômenos que explicam a crise. Como resposta, houve uma reorganização do capital e de sua arquitetura ideológica sem necessariamente se desfazer dos alicerces que fundamentam sua ação. Eclode o neoliberalismo e a privatização Estatal, acompanhados da desregulamentação dos direitos do trabalho e do desmonte do setor produtivo do Estado. Além disso, verificou-se uma impiedosa ofensiva do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições que vigoravam no período fordista.

Outra tendência apresentada é a total desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais com consequente acentuação da expansão e liberalização dos capitais financeiros. Muito embora tenha havido um inegável avanço tecnológico, o capitalismo mundializado reconfigurou tanto o espaço quanto o tempo de produção, fazendo surgir novas regiões industriais e eclipsando outras já consolidadas, precarizando ainda mais os países de “Terceiro Mundo” bem como suas forças humanas de trabalho, aumentando as taxas de desemprego e ampliando a degradação ambiental. Nessas condições, apenas os países que compunham o núcleo central do capitalismo avançado – como Estados Unidos, Alemanha e Japão – colheram proveitos.

No **capítulo três**, Antunes trata especificamente da reorganização do capital em resposta à sua crise estrutural, levando em consideração as grandes mudanças econômicas, políticas, sociais e ideológicas dos anos 1970 que impactaram nos valores e na configuração da *classe-que-vive-do-trabalho*. A crise no capitalismo, como já foi supracitado, faz parte da própria natureza do capital. No entanto, suas alternativas de superação atingem apenas os sintomas mais superficiais, salvaguardando a essência fenomênica. Em suma, o modo de produção continua sendo exploratório, com subsunção cada vez mais real do trabalho ao capital.

Era mister reestruturar o padrão produtivo com vistas a repor os níveis de acumulação. Caracterizando o binômio taylorismo/fordismo como um sistema de produção em massa dado pela verticalidade hierárquica e pela homogeneização produtiva, suas atividades parcelares e



fragmentadas tendiam a uma desantropomorfização do trabalho ao passo que transferia a racionalidade operária à gerência científica de produção. Tendo se desenvolvido entre os principais países capitalistas, sua principal característica foi a acumulação intensiva de produção em massa realizada por trabalhadores pouco qualificados, sendo a gênese do *operário-massa*.

Entre 1960 e 1970 esse sistema apresentou sinais de esgotamento. Um compromisso tácito estabelecido entre *Trabalho, Estado e Capital* no cerne de alguns países capitalistas avançados, deu a impressão de que o referido binômio era orgânico e socialmente regulado. Após a Segunda Guerra Mundial, a crise de 1930 e décadas de luta entre trabalhadores e patrões, era dialeticamente natural que uma antítese se apresentasse na forma de um relativo equilíbrio social e aparente cooperação entre burguesia e proletariado. No entanto, a quimera dessa cooperação foi evidenciada pela falta de discussões verdadeiramente proveitosas para os trabalhadores. A zona de conforto do capital permanecia intangível.

Sindicatos e partidos políticos social-democratas – representantes teóricos dos trabalhadores mas alinhados na prática ao patronato – conduziam as discussões. Alternava-se no poder a social-democracia e os partidos assumidamente burgueses, enquanto a luta de classes e o socialismo eram relegados à letargia. A representação dos trabalhadores, aliada à burguesia e mediada pelo Estado, se tornou uma engrenagem funcional do capitalismo.

Entre 1960 e 1970, o operário-massa toma a frente das reivindicações e se rebela contra a perda de identidade do trabalho, contra a fragmentação taylorista/fordista e contra a desqualificação de suas atividades. A massificação é a nova face com a qual o proletariado se apresenta. O questionamento à forma como se dava a sociabilidade do capital, a exigência pelo controle social de produção e o descontentamento com relação ao método social-democrata do movimento operário eram as pautas nesse período de luta. Com essa revolta proletária somada aos elementos constitutivos do capital que fomentam sua própria crise, tornou-se impossível a manutenção do ciclo produtivo ora vigente.

Apesar da oportunidade em estabelecer os modos de produção a partir de uma perspectiva proletária, alguns obstáculos se mostraram intransponíveis. Embora o descontentamento tenha ocorrido no interior das fábricas, essa insatisfação não se consolidou como projeto societal uma vez que não houve articulação com outros movimentos sociais fora do mundo do trabalho. A luta foi arrefecida abrindo espaço para o capital continuar dando as cartas.

Neste contexto, emerge o toyotismo. No **quarto capítulo**, Ricardo Antunes irá discorrer sobre esse novo padrão de acumulação, entendendo-o como detentor, tanto de elementos de *continuidade* com o padrão fordista/taylorista, como de *descontinuidade*, apresentando características que o qualifica como apto a atuar na nova configuração societal estabelecida.

Como já foi aludido, o capital tende a reconfigurar seu modo de ação mantendo sua essência dominadora. As formas de acumulação flexível, *downsizing* e o crescente avanço tecnológico foram os atributos primaciais dos novos mecanismos de manutenção do controle do capital. Não se limitando ao processo produtivo, a hegemonia do capital buscou nas mais distintas esferas de



sociabilidade o seu estabelecimento. Como oposição à resistência que emergia das lutas sociais, houve, no plano ideológico, um culto ao subjetivismo e a um ideário fragmentador que fomentou o agudo individualismo frente às atuações coletivas.

Apesar de um dos objetivos do capital ser a apreensão da subjetividade operária, no taylorismo/fordismo a subsunção dessa subjetividade à lógica do capital ainda era *formal*, uma vez que as operações produtivas reduziam-se ao mero aspecto físico maquinal. Essa racionalização inconclusa não foi capaz de incorporar à atmosfera capitalista as variáveis psicológicas do comportamento operário. Com o advento do toyotismo, emerge também a colonização do capital sobre na dimensão subjetiva do trabalhador. A subsunção, agora *real*, se funda no nexo de apropriação psicofísica do trabalho profissional qualificado, participativo, multifuncional e polivalente no qual a participação ativa da inteligência é de fundamental importância. O trabalhador agora está totalmente imerso no sistema do capital.

Neste quadro, o trabalho *part-time* com a introdução em larga escala das máquinas e tecnologias computadorizadas, precariza as condições de trabalho, intensifica a exploração de sua força com a redução ou mesmo eliminação do trabalho improdutivo, desregulamenta acentuadamente os direitos trabalhistas, aumenta a divisão sexual do trabalho, exclui jovens que atingiram idade de ingresso no mercado – com igual exclusão de “idosos” com idade próxima dos 40 anos –, expande o “Terceiro Setor” como forma alternativa de ocupação, aumenta o trabalho em domicílio, intensifica a terceirização e a subcontratação, aumenta a fragmentação da classe trabalhadora e amplifica o trabalho imaterial e a fetichização da vida para além dos muros da fábrica (tudo isso será visto com mais detalhes no capítulo seis).

Além disso, Antunes classifica como “falácia” a ideia de *qualidade total* presente no mundo empresarial moderno. Para o autor, a obsolescência programada é uma das características fundamentais presentes no universo toyotista. A intensa velocidade do ciclo produtivo que se verifica no toyotismo requer uma menor durabilidade dos produtos. A tão decantada *qualidade total* torna-se a negação da durabilidade, uma vez que quanto mais *qualidade* menos tempo de vida útil as mercadorias devem ter. Dessa forma, desperdício e destrutividade são palavras-chave nesse modo de produção.

Diante desse cenário, Antunes descreve oito características do toyotismo: 1) produção vinculada proporcionalmente à procura com vistas ao atendimento de demandas individualizadas; 2) multilateralidade de funções; 3) maior proximidade na relação entre homem e máquina; 4) advento do princípio *just-in-time*; 5) existência do sistema de placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque (estoques mínimos, se comparados ao fordismo); 6) estrutura horizontalizada; 7) existência dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) nos quais os trabalhadores são induzidos pelo capital a debater sobre seu trabalho e desempenho; 8) estabelecimento do “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores. Esses oito pontos representam a inserção cada vez mais profunda do trabalhador no arranjo totalizante do capital.

O **quinto capítulo** apresenta um panorama histórico do sindicalismo na Inglaterra e os impactos do advento do neoliberalismo, com alterações profundas na sociedade inglesa e na forma



de ser da classe trabalhadora. Uma vez que a discussão é longa, não se pretende, nesta resenha, esgotá-la, mas ressaltar alguns dos seus pontos primordiais.

Ricardo Antunes inicia expondo que o movimento sindical inglês vivenciou, em sua história, momentos de flutuações. Os contextos nacionais nos países da Europa dotaram de características diferenciadas os movimentos de trabalhadores. Na Inglaterra, as disputas hegemônicas estavam sendo pautadas pela social-democracia e, especificamente, pelos trabalhistas. Historicamente associado à ideia de força e estabilidade, sendo, portanto, organizado com relativa ausência de fragmentação entre seus partícipes, o movimento operário e sindical na Inglaterra é nacionalmente representado pela *Trade Union Congress* (TUC). Sua representação partidária é o *Labour Party* (Partido Trabalhista).

Fundado em 1868 e sem oponentes relevantes, a TUC se enraizou nas fábricas e locais de trabalho a partir da complexa relação de cooperação e oposição, contabilizando, ao final da década de 1950, cerca de 90 mil representantes sindicais de base (*shop stewards*). As décadas de 1960 e 1970 representaram um momento contraditório na TUC e na sua representação partidária, o *Labour Party*. Na medida em que havia ampliação e politização de sua estrutura organizacional, o aumento das greves locais e nacionais – que antecederam o *thatcherismo* - evidenciaram um esgotamento no sentido de se estabelecer um projeto densamente social-democrático.

Em 1979 há o ápice desse esgotamento com a chegada ao poder do Partido Conservador através da figura de Margaret Thatcher como Primeira-Ministra, alterando a sequência de valores trabalhistas tradicionalmente presentes no poder da Inglaterra. A partir desse momento, as condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas foram profundamente modificadas, provocando um severo abalo nas estruturas do sindicalismo britânico. A ventania neoliberal chegava à Inglaterra e em sua agenda constavam: 1) potencialização das privatizações; 2) redução e extinção do capital produtivo do Estado; 3) legislação desregulamentadora; 4) coibição da atuação sindical, transformando os sindicatos no inimigo central do neoliberalismo. Líderes sindicais foram excluídos das discussões políticas e retirados de diversos órgãos econômicos locais e nacionais. Nesta época, o *lean production*, o *just-in-time*, a qualidade total e o *team work* foram experimentados pelos trabalhadores ingleses, mudando a estrutura no interior da classe trabalhadora que passou a ser representada por trabalhadores autônomos, *part-time* e sem histórico de luta sindical. As condições de trabalho foram deterioradas, com a intensificação do ritmo produtivo e com o aumento da exploração pelo trabalho, sobretudo em sua dimensão intelectual.

Como confrontação ao dantesco quadro estabelecido, a década de 1990 assistiu a uma série de greves que contestavam as novas relações industriais com base no *lean production*, destacando-se a da Vauxhall Motors em 1995 e 1996 e a greve dos doqueiros de Liverpool de 1995 a 1997. Ambas evidenciavam os limites de ação do sindicalismo tradicional britânico representada pela TUC.

Concomitantemente, o surgimento do *New Labour* dentro do Partido Trabalhista desacoplou do passado deste partido os aspectos trabalhistas e reformistas que o caracterizavam. Tony Blair, principal nome desta nova fase do *Labour Party*, pretendia não apenas se afastar progressivamente do conteúdo trabalhista mas também limitar ao máximo os vínculos com sindicatos e com a tinteira



ideológica dita “socialista”. Essa “Terceira Via” tinha como objetivo dar prosseguimento ao projeto thatcherista, apresentando-se como uma pretensa alternativa para além do socialismo e do capitalismo, mas confortavelmente alinhado com este último. O distanciamento dos sindicatos e a proximidade com o “moderno empresariado britânico” expuseram a validade prática desta política.

O **sexto capítulo** traz a nova forma de ser da classe trabalhadora nos tempos hodiernos, que Antunes chama de *a classe-que-vive-do-trabalho*. A tese central é de que a classe trabalhadora de hoje, apesar de não ser idêntica àquela existente em meados do século XX, também não está em vias de desaparecimento e mantém seu sentido ontológico estruturante. Embora possua como núcleo central o trabalhador produtivo que participa diretamente do processo de criação de mais-valia, ela compreende também a totalidade dos assalariados, os trabalhadores improdutivos – tanto aqueles que criam diretamente mais-valia como os que criam antivalor no processo laboral –, o proletariado rural, o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril, de serviços e também a totalidade dos trabalhadores desempregados. Em suma: a *classe-que-vive-do-trabalho* é o conjunto de seres sociais que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, que são dependentes direta ou indiretamente do capital e que são desprovidos dos meios de produção.

O processo que a *classe-que-vive-do-trabalho* vem presenciando é multiforme. De acordo com a leitura do capítulo seis, é possível identificar nove tendências neste processo: 1) a retração do binômio taylorismo/fordismo dá lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho que reduzem o contingente de trabalhadores estáveis; 2) há um aumento do novo proletariado fabril e de serviços, representados pelos terceirizados, *part-time* e outras formas igualmente desregulamentadas e informais; 3) há um aumento no trabalho feminino, sobretudo no universo *part-time*, ligado primacialmente a atividades de trabalho intensivo, com menores níveis de qualificação; 4) expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, que incorporou vultosas parcelas dos trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial; 5) exclusão dos jovens que atingiram idade de ingresso no mercado de trabalho; 6) exclusão de “idosos” com idade próxima de 40 anos, herdeiros da “cultura fordista”; 7) crescente expansão de organizações não governamentais (ONGs), como atividades funcionais ao sistema e incapazes de absorver os desempregados e precarizados; 8) expansão do trabalho em domicílio e a reificação do lar pelo capital; 9) a ampliação das fronteiras do trabalho como forma de acompanhar a transnacionalização do capital.

O **capítulo sete** trata das formas de vigência do trabalho material e imaterial e da discussão sobre a atualidade da teoria do valor. Para tal, Ricardo Antunes começa com uma provocação: seria possível que a tecnociência pudesse assumir um caráter de primazia como principal força produtiva? O autor discorre sobre o tema proposto afirmando quatro pontos: 1) há uma exigência cada vez maior do trabalho parcial em detrimento das formas estáveis de trabalho; 2) há uma progressiva diminuição do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto, mas sem que aquele seja eliminado por este; 3) há uma diminuição da dimensão variável do capital (trabalho vivo) e aumento de sua parte constante (acumulação); 4) há uma ampliação do trabalho intelectual e precarização das condições de trabalho.



Esses pontos evidenciam que, ainda que reformulada, a lei do valor continua extremamente atual e que a tecnociência não poderia ser interpretada como a principal força produtiva uma vez que o trabalho vivo não é passível de eliminação na engrenagem do capital. Ciência e tecnologia são ontologicamente prisioneiras do solo material estruturado pelo capital e pelo trabalho. As máquinas são incapazes de agir por si mesmas e dependem da apropriação intelectual do trabalho vivo. Essa, inclusive, é uma das características do toyotismo: enquanto o fordismo expropriou o *savoir faire* do trabalhador, entregando-o para a gerência científica, o toyotismo o devolve para o *chão da fábrica* esperando, com isso, apropriar-se por completo da dimensão intelectual operária. Isso evidencia uma significativa interação do trabalhador com o novo maquinário inteligente, fazendo com que haja uma maior prevalência do trabalho imaterial sobre o trabalho material.

Essa colonização crescente da atividade intelectual do trabalhador faz com que venha à tona um *estranhamento*, uma *alienação*, uma *subjetividade inautência* por parte de quem trabalha. Entende-se *subjetividade* como o que há de mais íntimo e próprio do ser humano, a referência a partir da qual o indivíduo se vê e vê o mundo, interpretando-o, gerando valores, fomentando sentimentos, produzindo opiniões e entendendo-se como *ser-no-mundo*. A partir do momento em que uma *força estranhada*, representada pelo capital, toma as rédeas da subjetividade, o ser humano passa a reproduzir algo que não lhe é próprio. Sua consciência deixa de ser autogovernada e passa a ser uma ressonância dos valores impostos pelo capital.

Por outro lado, Antunes defende que tanto a vida como o trabalho são espaços de luta contra a condição de “subordinação” ao capital. São elementos vivos que continuamente manifestam suas forças, gerando conflito à dinâmica do capitalismo.

O **oitavo capítulo** traz uma densa discussão filosófica sobre a centralidade da categoria trabalho. Para discuti-la, Antunes faz um confronto teórico entre duas obras: *A Ontologia do Ser Social* de Georg Lukács e *A Teoria da Ação Comunicativa* de Jürgen Habermas.

Para Lukács, o trabalho possui um caráter transitório de inter-relação entre o homem e a natureza, sendo uma ponte para o salto ontológico entre o ser humano enquanto ser biológico e sua transformação em ser social. O trabalho está no centro do processo de humanização do homem, possuindo uma dimensão teleológica geradora de uma protoforma da práxis social. Entender a dimensão teleológica do trabalho é saber que sua idealização se dá inicialmente na consciência humana, diferentemente do que ocorre com as demais espécies biológicas. O trabalho é a origem da racionalidade humana, de sua consciência autogovernada e do próprio conceito de liberdade.

A partir do momento em que os objetos naturais são transformados em coisas úteis (*posição teleológica de ordem primária*), são estabelecidas inter-relações entre os seres sociais, emergindo, daí, uma práxis social interativa que impulsiona os demais partícipes a realizarem esse mesmo ato teleológico de ação coletiva. Dessa forma, surgem as *posições teleológicas de ordem secundária*, consubstanciando todas as ações mais avançadas da práxis social que possuem o trabalho como seu cerne: a política, a religião, a ética, as ciências, a filosofia, a arte, etc.

Já Habermas desloca a centralidade da categoria trabalho. No lugar dela, o autor considera



a *esfera comunicacional* e a *intersubjetividade* como centrais para o ser humano. A partir de uma crítica à razão instrumental, Habermas estabelece o *consenso* como fundamental nas relações sociais sendo que é através da *linguagem* e da *ação comunicativa* que os seres humanos estão em plena conexão entre si, criticando, dialogando, refletindo, reconhecendo a alteridade e construindo-se mutuamente.

Habermas estabelece dois grandes âmbitos nos quais a vida humana se desenvolve: o *Mundo da Vida* e o *Sistema*. O Mundo da Vida é o local transcendental, democrático por excelência, onde os seres humanos convivem e discutem – em condição de igualdade – os valores e as pretensões particulares e coletivas com vistas a solucionar seus desacordos e atingir o consenso. O Sistema, por seu turno, é movido pela razão instrumental e representa a lógica da economia e da política sendo que estas possuem como meios o dinheiro e o poder. O Sistema cria valores que estimulam os indivíduos a os seguirem. Desse modo, o Sistema coloniza o Mundo da Vida, instrumentalizando-o, fetichizando-o e complexificando-o. Sistema e Mundo da Vida, segundo Habermas, são naturalmente apartados e não possuem condições de união.

Antunes ainda expõe uma crítica feita a Marx por Habermas. Para este, Marx não oferece uma análise satisfatória do capitalismo tardio uma vez que perde a referência concreta que o capacita a distinguir as formas tradicionais de vida e as formas reificadas pós-tradicionais. Isso ocorre porque Marx, sempre segundo Habermas, não conseguiu enxergar uma separação nítida entre Sistema (Reino da Necessidade) e Mundo da Vida (Reino da Liberdade), propondo, inclusive, uma conjunção ética entre ambos.

Antunes posiciona-se favorável a Lukács. Para o autor, o trabalho é uma categoria central e fundante do ser social não coadunando com a separação analítica de Habermas entre Sistema e Mundo da Vida. Ao final deste capítulo, é interessante notar que a visão de trabalho de Antunes o faz imputar a Habermas algo que este não defende em suas teses. Para Antunes, Habermas propõe o fim do paradigma do trabalho. No entanto, o que de fato ocorre em Habermas, é um descentramento do trabalho mas salvaguardando sua importância ao ser humano.

O **nono capítulo** apresenta os elementos para a ontologia da vida cotidiana. Seguindo Antunes, a autorrealização do homem encontra-se no domínio efetivo e autônomo da esfera do trabalho, com o tempo livre verdadeiramente contemplado, com a consciência autogovernada de fato e com a emergência da subjetividade autêntica. É na vida cotidiana, autogovernada, que se concretizará a transição da *generecidade em si* para a *generecidade para si*. A realidade do trabalho continua sendo dramaticamente atual e seria problemático pensar a vida humana sem ela.

Um dos caminhos imprescindíveis para se atingir o Reino da Liberdade, ao qual Marx fazia alusão, é a redução da jornada de trabalho. No **décimo capítulo**, Antunes discute esse tema e, ao longo do texto, afirma que não é possível compatibilizar o trabalho reificado pelo capital com o tempo livre. A luta pela redução da jornada de trabalho deve estar no centro das ações reivindicativas. Um trabalho menos exploratório é essencial para que surja uma vida cheia de sentido dentro dele. E, considerando o trabalho como categoria central para a formação do ser humano, se há sentido dentro do trabalho, haverá sentido autêntico e autodeterminado fora dele.



Antunes finaliza a obra no **décimo primeiro capítulo** com um quê de esperança ao apresentar os fundamentos básicos de um novo sistema de metabolismo social, dotado de nova vida, autêntica e carregada de sentido, baseado na atividade autodeterminada, no tempo disponível que fomente valores de uso verdadeiramente necessários, na realização do trabalho em sua plenitude e a favor de uma produção autodeterminada. Para tal, o autor cita dois princípios centrais que são indispensáveis nessa possibilidade: 1) o sentido da sociedade deve ser voltado de modo exclusivo para o atendimento efetivo das necessidades humanas e sociais; 2) o exercício do trabalho deve ser sinônimo de atividade livre baseada no tempo disponível. Portanto, o primado do trabalho – como parte constitutiva do ser humano na qualidade de ser social – deve ser preservado.

A leitura de “*Os Sentidos do Trabalho*” possibilita uma interpretação ampliada da estrutura capitalista hodierna através de um viés marxista, oferecendo os fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos do sistema de metabolismo, sob o controle do capital, que tornou o trabalho ainda mais precarizado. Apresenta igualmente uma leitura crítica da realidade, propugnando a defesa pela centralidade da categoria trabalho frente às teses que advogam o seu fim. Antunes consegue expor de modo satisfatório que só o trabalho – em seu sentido originário, liberto dos ditames do livre mercado – pode proporcionar o aparecimento de uma subjetividade emancipatória tão cara ao ser humano no estabelecimento da consciência autogovernada.

Através de exemplos concretos e de um domínio incontestável sobre o tema, exploram-se as reconfigurações e reificações do capitalismo na vida humana desde uma perspectiva ampliada – com a descrição sumária dos sistemas de mediações de ordem primária e secundária – até a inserção às especificidades do tema, tomando a situação inglesa como exemplo.

Dispensando-se os apêndices e concentrando-se nos onze capítulos que formam a estrutura deste ensaio, é angustiante notar que as mutações no mundo do trabalho, com conseqüente fomento da *classe-que-vive-do-trabalho*, só se deram pois o capital conseguiu se reinventar dentro de sua própria crise. Quando o binômio taylorismo/fordismo não conseguiu mais responder às demandas, apresentando uma crise estrutural, abriu-se um razoável espaço para a ressignificação das relações de produção. No entanto, o advento das formas de acumulação flexível – em especial o toyotismo – preencheu essa lacuna em benefício dos interesses do capital.

Na obra “*A Quarta Teoria Política*”, Dugin (2012) afirma que o capitalismo lutou contra todos aqueles que ofereceram sistemas alternativos de metabolismo social, vencendo-os e marginalizando-os. Conservadorismo, monarquismo, tradicionalismo, socialismo, fascismo, comunismo, e suas incontáveis variações, saíram derrotados e o liberalismo triunfante tornou-se um estilo de vida. Desde a emergência dos sistemas de mediação de segunda ordem, e de seus elementos fetichizadores, o capital se apresenta como uma espécie de ideal de ordem natural no qual seus desdobramentos são considerados óbvios, necessários, genuínos e compreensíveis por si só. Seria a essa estrutura instintiva e irrefletida – epicentro de todas as opressões contra o proletariado em favor do domínio dos plutocratas e dos potentados – que a sociedade estaria submetida? O texto de Antunes não dá margem a grandes esperanças. A distopia é o apanágio da realidade.

Mesmo assim, nos permitimos o direito da utopia. É preferível a luta pela utopia do



socialismo, no combate à vilania da realidade historicamente estabelecida, do que a cômoda espera por um imaginário futuro de superação natural do regime capitalista (FRIGOTTO, 2009). A solução apresentada pelo “*Os Sentidos do Trabalho*” para a superação da atual configuração da sociedade, remete a um novo sistema de metabolismo social que deverá conter novos elementos atuantes em uma hercúlea alteração da própria ontologia social. Se as formas mais complexificadas da práxis social encontram no trabalho seu fundamento, é necessário ir ao cerne da questão: a alternativa contra-hegemônica do trabalho ao domínio do capital é necessariamente a erradicação completa do capital no processo sociometabólico, ou seja, fazer surgir uma ordem sociometabólica original na qual o trabalho seja autossustentado (MÉSZÁROS, 2011).

A tarefa não é fácil mas as sementes da contra-hegemonia precisam ser plantadas. O quadro de mutações no mundo do trabalho descrito por Antunes, como ele mesmo afirma, exige que se vá para além das aparências, ressignificando o sentido dado pelo capital ao ato laborativo. Uma vez expurgadas as fetichizações do mundo do trabalho, as múltiplas funções do poder político serão transferidas para o corpo social fazendo surgir a tão almejada livre associação de homens e mulheres, pilar fundamental de uma sociedade independente e alheia às forças alienígenas do capital.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. (2009). *Os Sentidos do Trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 287 p.
- DUGIN, A. (2012). *A Quarta Teoria Política*. 1. ed. Curitiba: Editora Austral, 252p.
- FRIGOTTO, G. (2009, jan./abr.) A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 168-194.
- MÉSZÁROS, I. (2011). *Para além do capital*: Rumo a uma teoria da transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 1102p.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Jesus, L. A. F. de (2020). Sobre a centralidade da categoria trabalho em meio às fetichizações e reificações provocadas pelo capital. *Holos*. 36(7), 1-12.

SOBRE OS AUTORES

L. A. F. DE JESUS

Graduado em Licenciatura plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialista em Filosofia pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG) e mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS). Possui experiência de atuação e pesquisa em Educação, Ensino de Ciências, Educação Profissional e Tecnológica, Metodologias de Ensino na Educação Profissional e Tecnológica, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Tecnologia da Informação Verde. Atualmente é funcionário público federal concursado pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS), exercendo suas



funções como técnico-administrativo em educação no IFS Campus Socorro. E-mail: l.a.f.j@hotmail.com
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-3801-0437>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas *Ad Hoc*: FRANCINAIDE NASCIMENTO E ANTONIO UCHOA

